

Teoria crítica e sociedade civil: rumo à democratização

Critical theory and civil society: towards democratization

Luci Helena Silva Martins¹

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é estabelecer diálogo entre sociedade civil, teoria crítica e o sentido da democratização no Brasil. Trata-se de pesquisa qualitativa de fonte documental, de fundo teórico-conceitual, baseada em pesquisa bibliográfica de categorias analíticas dentro e além dos binômios “capital x trabalho” e “público x privado”. A teoria crítica foi mobilizada para explicar o desenvolvimento seletivo pelo qual se dá o acesso à cidadania e ao Estado Democrático de Direito pelos grupos vulneráveis. A noção de sociedade civil deu vida às antigas noções de libertação nacional, que haviam perdido força com a crise da democracia e do socialismo real, reacendendo ideias de autogestão e autonomia nas antigas colônias, refletindo a luta política do lado periférico do sistema-mundo. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de “cidadania para além da existente” (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000), e para os limites da democracia no Brasil (Biroli, 2018), desafiando-nos a continuar os estudos sobre a temática para favorecer o protagonismo social.

Palavras-chave: Questão social; Crise da cultura; Democratização.

Abstract

The objective of this research is to establish a dialogue between civil society, critical theory and the meaning of democratization in Brazil. This is qualitative research based on documentary sources, with a theoretical-conceptual background, based on bibliographical research of analytical categories within and beyond the binomials “capital x work” and “public x private”. Critical theory was mobilized to explain the selective development through which vulnerable groups gain access to citizenship and the democratic rule of law. The notion of civil society gave life to the old notions of national liberation, which had lost strength with the crisis of democracy and real socialism, rekindling ideas of self-management and autonomy in the former colonies, reflecting the political struggle on the peripheral side of the world-system. The research results point to the need for “citizenship beyond the existing one” (Alvarez, Dagnino and Escobar, 2000), and to the limits of democracy in Brazil (Biroli, 2018), challenging us to continue studies on the subject to promote social protagonism.

Keywords: Social issue; Cultural crisis; Democratization.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). *E-mail:* lucihelenam@yahoo.com.br

Introdução

Neste texto, importa evocar as abordagens de pesquisa social pela qual a sociedade civil, desde os anos 1960, toma a frente nas análises relativas ao desenvolvimento da teoria social e da luta contemporânea. No Brasil, o conceito e as práticas enunciadas sob a noção assumiram caráter ambíguo: apontam para um agente civilizador, contra ou de costas para o Estado, na ditadura, conquanto tenha assumido, também, um papel problemático, por se dividir conforme o nível de consciência dos grupos e classes sociais. Ora na defesa da ditadura como um regime político legítimo, por meio de *slogans* como Família, Deus e Propriedade, ora encampando os movimentos sociais e a luta democrática. Dizendo de outro modo, uma parcela da sociedade civil aderiu ao Golpe Militar, outra parte criticou o modelo político que atuava com extrema violência, acentuando a “colonização do mundo da vida” (Habermas, 2002). A sociedade civil vem a ser também categoria analítica derivada dos acontecimentos do presente, a teoria tomando a realidade factual como comprovação para as teses. Princípio da validade teórica da teoria crítica ocidental, por meio de muitas referências do pensamento social contemporâneo, de base marxista, dialética e histórico-crítica, e também incorporando o reconhecimento por meio da eticidade e da ação comunicativa. Acolhida no campo da teoria política, o termo se viu interpretado por sociedade religiosa e depois pelos jusnaturalistas que a contrapunham ao estado de natureza. Podemos encontrar o conceito em Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, Gramsci (WEFFORT, 1989) e, recentemente, foi incorporado no debate sociológico pela teoria crítica do reconhecimento proposta pelos teóricos do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Axel Honneth, e outros, como Jürgen Habermas. Em debate com as análises habermasianas, os autores Jean Cohen e Andrew Arato desenvolvem reflexões sobre a sociedade civil que o próprio Habermas depois incorpora em *Direito e democracia* (HABERMAS, 2002).

A sociedade civil é, portanto, uma alternativa teórica e real ao endurecimento das instituições representativas da democracia liberal. Aliás, podemos sugerir a validade do conceito weberiano de elitismo democrático, pela realidade com que a dominação se expressa no mundo contemporâneo, sob a forma da administração racional e burocrática, conforme ensina Gabriel Cohn, nos seus estudos sobre Max Weber. A dominação racional e burocrática tende a dispensar a participação popular e os movimentos sociais contra a predominância desses modelos tradicionais que consolidam políticas públicas, a teoria crítica funcionaria como um estímulo a revolução social, ou minimamente para reformas e inovações críticas das instituições, de modo a instituir espaços públicos e deliberativos. O que seria um avanço e uma possibilidade rumo à “invenção democrática” (LEFORT, 1986) cuja expressão em direitos humanos e sociais não se expressou em parte do mundo ocidental, no Oriente Médio e nos países periféricos do Sul global, situados na periferia do sistema capitalista globalizado.

Embora não seja o polo do bem, contraposto ao Estado (racionalidade instrumental visando poder e dinheiro, visto como corrupto e privatizado) e ao Mercado (racionalidade instrumental visando o lucro), a sociedade civil veio a ser uma estratégia pela construção democrática, lugar que expôs parte dos anseios cívicos e democráticos da sociedade, impulsionou que mais lutas e novos sujeitos surgissem, com demandas organizadas em coletivos e movimentos sociais, unificando pautas, identificando resistências e construindo identidades. Isso alargou também o perfil dos ativistas e das políticas públicas de ação afirmativa nas décadas seguintes. Houve impactos nas pesquisas sobre democratização, tendo alargado o espaço público e a luta política contra a classe capitalista burguesa, e contra a violência “como forma de governo” (Arendt, 1989). Experiência essa, velada para alguns, explícita a outros, tidos como corpos dissidentes.

As ameaças antidemocráticas contra os corpos dos cidadãos ativos politicamente na ditadura é a mesma que atinge negros, pobres, indígenas,

mulheres, crianças, presos em condições degradantes nas instituições penais, com fome, dor e sede. Essas condições passaram a ser divulgadas pelas pesquisas, alcançando a opinião pública acadêmica, atingindo a mídia, pois documentadas e apresentadas na TV e no cinema.

A mobilização de atores políticos diversos organizou as “comissões da verdade”, com uma gama de conhecimentos, baseados em testemunhos das vítimas e sobreviventes da ditadura, mobilizando a luta política contra o regime e pela “democracia como um valor universal”, expressão conhecida e defendida pelo cientista social Carlos Nelson Coutinho (1984). De modo que uma parcela da sociedade se viu representada pelas lutas sociais vigentes contra o regime, organizando-se por meio da atuação nesses espaços públicos, situados no âmbito da sociedade civil, logo após as medidas de repressão impostas pelo regime civil/militar dos anos 1964-1984.

Nos países da Europa do Leste, a categoria “sociedade civil” renasceu na década de 1960 para englobar a Primavera de Praga, e outras lutas antiautoritárias contra a expansão dos domínios da antiga União Soviética, como reflexo das lutas de trabalhadores poloneses, húngaros e na própria Tchecoslováquia (AVRITZER, 1994).

A categoria relaciona-se à democratização, pois é instrumento conceitual e estratégico, lugar em que se situam os movimentos sociais e as lutas de classe, raça e gênero, organizadas no campo da cultura e da política. Segundo Ribeiro (2000), a sociedade civil pode ser compreendida, como em Gramsci, como categoria analítica e estratégica para a “evolução cultural das massas” e na tentativa de criar um “bloco contra-hegemônico” com outras abordagens face à democracia e cidadania. Sendo campo analítico e estratégico, comporta as relações entre cultura e política, mais expressamente aquelas expressões voltadas para o enquadramento da questão social, vista como “paisagem” (TELLES, 1990), ora como questão de polícia.

Aliás, é comum que o social seja um tema menosprezado, deixado aos profissionais do Social, configurando o que Renato Janine chamou

de “A sociedade contra o social”. A política, por sua vez, é categoria dual, se encontra dominada por fatalismos e discursos de ódio, sem delimitar muito bem as distinções entre público e privado. Ao mesmo tempo, nomeia os atos de resistência e os anseios de autonomia e liberdade de estratos das classes subalternas, grupos sem vozes, vulneráveis e precarizados, minorias de gêneros, raças e etnias.

Nada mais utópico de se realizar, diante do consenso neoliberal, com “a privatização do público e anulação da fala”, configurando o que Oliveira e Paoli (2000) nomearam de “totalitarismo neoliberal”. Ou seja, as resistências, sendo neutralizadas, dão-se como milagre, por meio da cultura da ocupação do Movimento Sem Terra (MST), nas lutas feministas que constroem uma narrativa antissexista e anticapitalista, na medida em que reivindicam políticas sociais de qualidade, públicas, gratuitas e universais, e menos burocracia, menos meritocracia e mais inclusão.

Da outra parte, patrimonialismo, corporativismo estatal e societário (DAGNINO, 1994) atuam para implementar direitos como privilégios, considerando o seu lado e de sua família como prioritários, implementando o familismo, políticas sujeitas ao nepotismo e a dominação dos cargos públicos pelos filhos da mesma elite.

A cultura resiste como pode, por meio da arte, das canções, dos movimentos sociais, políticos e culturais, que tensionam o Estado, movimentando o direcionamento da sociedade civil, por leis e proteção social. A mesma enfrenta o conservadorismo nas suas fileiras, mas também encontram-se nela, os sujeitos em disputa ou intercâmbio por um projeto de igualdade, diversidade e expansão do Estado democrático e social, pautado em valores democráticos. Por esse registro, podemos encontrar filmes, reportagens, entrevistas, documentários que demarcaram o sentido dessa crítica, “de costas ao Estado”, realizada pelos movimentos sociais, em torno da redemocratização no país. E “ao lado do Estado” quando este se alarga para pautas sociais, anticapitalistas, ou até mesmo socialistas (HONNETH, 2018), fundadas na desmercadorização dos direitos sociais.

O cenário de violência construído pela ditadura se abre para as lutas contra a tortura nas instituições governamentais, contra os manicômios e reformatórios organizados para segregar doentes mentais e indígenas, pobres e presos políticos, dissidentes e agentes considerados subversivos, pelo Estado, ou por seus próprios familiares. Recentemente, se tem a ideia, devido à pesquisa jornalística, de que o “Holocausto brasileiro” (ARBEX, 2013) exterminou cerca de 60 mil pessoas no Hospital Colônia de Barbacena. No século XX, espaços foram construídos como campos de trabalho escravo e de extermínio, acometendo a vida de órfãos, doentes mentais e indígenas, atingindo pessoas pobres, desempregadas, adolescentes custodiados pelo Estado, sendo que muitas pesquisas acadêmicas e documentários independentes vieram a nomear os danos causados pelo regime de exceção. As pessoas eram assassinadas também nas ruas, pelos esquadrões da morte, por somente existirem, e sua existência provocar algum conflito com o poder dominante.

Desde os primórdios do Brasil profundo veio se organizando esse regime de exceção, que continua vigente sob o Estado Democrático de Direito, sob a forma de Estado Mínimo e Estado Penal. Por outro lado, também se organizou, nas últimas décadas, o movimento social ligado ao trabalho, tematizando a luta de classes, mostrando a centralidade do trabalho na luta contra o capital, a qual pautou, também, a libertação nacional face ao imperialismo *Yankee*, sem deixar de lado, a crítica contra a elite tupiniquim, por meio da questão agrária. A temática da terra, representada pelo Movimento Sem Terra, e do trabalho, representado pela luta sindical, nomeadamente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais, foram as duas maiores lutas por distribuição, englobando as lutas do ABC Paulista, região de fortes movimentos trabalhistas focados em acordos coletivos e câmaras setoriais, conforme análises realizadas pelo sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes. Essas lutas são consideradas anticapitalistas, pois sintetizam as aspirações de libertação face ao modo de produção capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2012).

No ano de 1979, nasceu um partido de esquerda que deu voz às classes trabalhadoras, aos antigos comunistas, e à parte da classe artística. Sujeitos antes ligados às Ligas Camponesas e ao Partido Comunista, extinto em grande parte das ditaduras, viram-se representados, então, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa pesquisa busca compreender e explicar o sentido dessa democratização, cujos sintomas aparecem, nomeadamente, para além de um regime democrático, mostrando o desafio de enfrentar a violência e o autoritarismo social, expressões da questão social que ainda resistem, ancoradas nas relações entre cultura e política.

A metodologia constrói-se como pesquisa qualitativa, por meio de debate entre autores conhecidos das áreas das Ciências Sociais (sociologia, política e antropologia) e do Serviço Social brasileiro. Buscamos ampliar a compreensão dos espaços públicos por meio dos compositores da MPB, no sentido de ampliar o campo democrático a partir da realidade nomeada pelos teóricos, acrescida de uma base pré-teórica, ou empírica, nomeada também pelos artistas, compositores, sambistas, expoentes das canções brasileiras, pós-anos 1930, especialmente o samba. Analisar o “[...] movimento negro na música popular pode levar a perceber um fio condutor que levou o samba a se construir como identidade nacional.” (MARTINS, 2019, p. 1-15).

Nesse momento, apresentamos uma síntese do referencial teórico-metodológico que amparou a pesquisa do pós-doutorado, desenvolvido na área da Sociologia, sob orientação de Casimiro M. M. Balsa, da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Traçamos, a seguir, um debate entre matizes diversas do pensamento social, sob o domínio da filosofia política de Hannah Arendt, pois permitiu-nos remeter às categorias de trabalho, cidadania e reconhecimento, aplicadas à problemática da questão social brasileira e à dificuldade de consolidar direitos sociais. Fragmento do relatório de pesquisa (MARTINS, 2012, 2019), o texto se desdobra nos seguintes tópicos: Teoria social e sociedade civil: rumo à democratização, seguido de Questão social: uma questão de cultura e política.

Teoria social e sociedade civil: rumo à democratização

Nos anos 1960, o pensamento social, conhecido pelo termo “teoria social contemporânea” (COHN, 2017), aproxima-se de uma leitura de política e sociedade por meio dos clássicos da política. Gabriel Cohn, em 1978, publica pela primeira vez sua obra *Sociologia: para ler os clássicos: Marx, Durkheim, Weber* (COHN, 2009), e Francisco Weffort (1989) publica, em 1989, o primeiro, de dois volumes, de “Os clássicos da política”, obras que participaram da formação dos estudantes das Humanidades.

Estudos de antropologia filosófica devem crédito às leituras de Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, que desde a revista “Socialismo ou Barbárie” impulsionam os estudos sociais, situando as revoltas populares na França e Argélia, preparando os sujeitos para uma mudança de paradigma, da teoria tradicional para a teoria democrática (MARTINS, 2019). Esse impulso modernizador, pode-se avaliar, havia sido tentado desde o século XIX, por um democrata da envergadura de Karl Marx e, nos anos 1930, foi retomado na proposta da “teoria crítica”, tal como foi nomeada para definir a perspectiva de Max Horkheimer, diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, autor de um documento que refletia sobre as bases da teoria crítica e da teoria tradicional, em que se buscava apropriar-se de clássicos da sociologia e da filosofia, como Marx, Weber e Lukács. Esse instituto foi sufocado pela Segunda Guerra Mundial, com o Holocausto de judeus e outras minorias pela Alemanha nazista, o que fez que muitos teóricos, alinhados ou não ao Instituto, fugissem para os Estados Unidos, como foi o caso de Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Hannah Arendt.

Importante considerar que judeus e homossexuais, ciganos e doentes mentais, alemães dissidentes e outras minorias foram vítimas de Hitler e dos nazistas, dando o rumo para a barbárie e o racismo ocorridos no Ocidente. Nos países do Leste europeu, durante a primeira metade do século XX, e durante o entreguerras, somaram-se à barbárie

nazista, os crimes soviéticos cometidos pelo stalinismo, tematizados por Claude Lefort, em *A invenção democrática* (LEFORT, 1987) e por Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo* (ARENDR, 1989).

Esses estudos antiautoritários ganharam corpo nos anos 1960, quando estiveram abertos os canais para a experimentação de diferentes atores na sociedade civil, conforme análises de Leonardo Avritzer (1993).

Criticado no plano do marxismo por esconder as lutas de classes, o conceito de sociedade civil foi também desenvolvido e incorporado ao campo da teoria política marxista, como explica Carlos Nelson Coutinho. Esse autor volta-se à compreensão de Gramsci e Lukács, a partir da “dualidade de poderes” entre Estado e sociedade civil (COUTINHO, 1994).

No Brasil, esse dualismo leva-nos a considerar a sociedade civil como categoria analítica e, ao mesmo tempo, estratégica (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), por meio da qual se põe em movimento a disputa pelo Estado, e pela construção democrática. Assim, foi por meio da contra-hegemonia que o conceito mobilizou forças sociais, notadamente evocando a participação dos movimentos sociais “contra” ou “de costas” para o Estado, alargando a participação dos grupos populares contra a ditadura, a favor da abertura do Estado, pela democratização, com a meta de favorecer a abertura do regime para novas políticas públicas na sociedade de classes, no que veio a ser chamado Estado de Bem-estar Social, conquistado por essa ampliação da esfera pública, no período da redemocratização.

Campo de disputa, “agônico”, como avalia Evelina Dagnino, os anos 90 vieram a ser o apogeu da sociedade civil, que ganha autonomia, sendo a Constituição de 1988, o ápice desse alargamento da política, com o avanço das legislações e lutas sociais.

No seu livro *A condição humana*, Arendt (1981) fala desse campo agônico da política, que, em outros termos, configura-se como ação política, sem outro objetivo a não ser garantir o pertenci-

mento e o poder político, por um espaço aberto às singularidades de sujeitos, numa existência comum, vivida em pluralidade. Já para Gramsci, é um campo conflituoso, em que se dá a luta contra a hegemonia do campo dominante.

Na sociedade civil, esse campo de forças conhecido como “esquerda” veio a ser influenciado por uma gama de autores como Gramsci, Arendt, Habermas, Foucault, de modo que se torna difícil separar as influências. A esquerda democrática nomeia os danos e a quebra de vínculos sociais, sendo arena por meio da qual se expõe ao público uma gama de novos direitos de cidadania. Em cena, os cidadãos, não apenas os burgueses, mas, também, as classes trabalhadoras evocando o “direito a ter direitos” (ARENDR, 1981), pressionaram os responsáveis pelo Estado administrado, os quais regulam o mercado e o regime político, a partir dos interesses das elites dominantes.

A democratização visa construir um espaço público no qual se encontram sujeitos plurais em busca de reconhecimento, de si e dos que não podem falar por si. Desde os anos 1980, temos, em tese, sujeitos em disputa ou interação, o que instaura uma luta por um lugar “instituído” e “instituinte” (BALSA, 2004) de novos direitos humanos e sociais.

A democratização trouxe a reflexividade para o campo ético-político, sendo possível responsabilizar agentes públicos, denunciar a violência do regime ditatorial e o formalismo da democracia liberal. A democratização age a partir da construção de laços de identidade e confiança, os quais consideram a igualdade e a diferença, em alguns casos, buscando instituir novos consensos, em torno de novos direitos, superando pedagogicamente noções conservadoras e reacionárias. Em algum sentido, fundando o pertencimento e a defesa dos segmentos subalternos, que não podem se fazer representar, pois invisíveis e sem voz. Esse alargamento da “cidadania para além da existente” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000) voltou-se para ampliação dos direitos das classes trabalhadoras, nomeando também os direitos de cidadania de segmentos e grupos sociais impedidos

de participar das instâncias formadoras do sujeito político: escolas, trabalho, sindicatos, associações, partidos. Fala-se, então, da “responsabilidade-pelo-Outro”, a fim de construir laços sociais que amparem os grupos segregados: a professora Vivianne Châtel fala dessa “responsabilidade-pelo-Outro” que deve começar pelo Eu, por aquele que pode falar, agir e mobilizar-se pelos segmentos “fora” da política, da ética e dos direitos humanos (CHÂTEL, 2004).

A sociedade civil surge então como um agente coletivo formado por muitos sujeitos, movimentos sociais, coletivos e voluntários, parte da democratização da sociedade. O conceito carregou a “teoria social contemporânea” (COHN, 2017) de lutas democráticas, atores ora se constituindo em defesa da autonomia dos Estados-nações, ora a favor da luta operária, ora representando sujeitos antes não nomeados pela política, pois invisíveis, e retirados dos espaços públicos.

Dagnino aponta que o cume desse movimento de autonomia da sociedade civil coincide, em paralelo, com o advento do neoliberalismo, causando a chamada “confluência perversa”, um termo que a autora explica em diversos artigos de sua autoria (DAGNINO, 2004).

Um dos elementos dessa confluência perversa explica o encontro entre a Constituição Federal e o neoliberalismo, que se cercou do paradigma do Estado Mínimo para os países periféricos. Alternando o Estado Mínimo com o Estado Penal, esses paradigmas foram defendidos pelas elites dominantes como uma alternativa global e pós-moderna. Um retrocesso face ao período anteriormente fundado no *Welfare State* nos países ocidentais capitalistas, hierarquicamente desenvolvidos por estarem no centro da produção dos monopólios, focado no ideário do pleno emprego e no tripé Estado-Providência, Mercado, para criar uma classe média que funcionasse como colchão, como sugere o sociológico e historiador José Murilo de Carvalho. A sociedade protetora de suas fronteiras pelo Estado-nação era considerada um dos vetores importantes do desenvolvimento social e econômico. Em termos efetivos, o próprio

Estado-Providência criou uma autossuficiência face às relações de vizinhança e pertencimento, para além de si mesmos.

Instrumentalizando teses e projetos colocados em prática desde os anos 1960, o neoliberalismo usa do desemprego e do enfraquecimento das lutas trabalhistas como argumento para retirar o Estado da equação do desenvolvimento, o que limitou os recursos públicos para o financiamento das políticas de bem-estar social. Com isso, vieram a secar o *Welfare State* e responsabilizar as famílias e as instituições da sociedade civil, transferindo a responsabilidade pública para o terceiro setor. Junto da globalização, os Estados-nações saíram de cena, tentados a retirar de si mesmos e das classes trabalhadoras a capacidade de organização estratégica da ação coletiva, fundada nos sindicatos e nas políticas sociais, que resistem como podem. Sociedade civil vista como terceiro setor também empobrece o sentido da ação coletiva.

Sendo os direitos sociais “direitos fracos” (BOBBIO, 1992), e os sujeitos, marcados pela “inexistência social” (CHÂTEL, 2004), são também assim representadas as políticas públicas para a chamada classe subalterna, compreendendo aqui “o cômputo-dos-não-contados” e o “ódio à democracia” (RANCIÈRE, 1995, 2014; Telles, 1990).

Sendo a música um canal de crítica social e caixa de ressonância das expectativas nomeadas no espaço público, consideradas como expressões da questão social, são também um modo de sair da inexistência social, por meio do esforço, talento e do mercado da música, sendo esse um assunto político de grande relevância, pois gera vínculos e faz muita diferença na vida em sociedade, nas periferias do capitalismo. O samba, nos anos 1930, e o *funk*, desde os anos 1980, respectivamente, representam esses sujeitos brasileiros negados, vistos como o “diabo” quando aparecem nos bailes, causando tensão nos espaços públicos e na vizinhança, ao exigirem visibilidade.

Trabalhos manuais, periféricos, menos valorizados são típicos de países colonizados, com pouca tecnologia, cujo desenvolvimento esteve condicionado às características e particularidades

específicas. Algumas explicações como racismo científico, estratificação social e baixo salário, com altas taxas de subemprego, trabalho informal e retorno às formas de trabalho escravo, juntamente com tráfico de influências, corrupção endêmica, tráfico internacional de drogas e pessoas, violência de gênero e aumento da taxa de assassinato entre a juventude negra, além dos péssimos índices de educação e saneamento básico mostram que o país continua vítima do rolo compressor do neodesenvolvimentismo, que quer a todos convencer de seu lugar social de origem. Esses elementos configuram-se como limites à democracia no Brasil, como avalia Flávia Biroli (2018).

Apesar do avanço nas legislações sociais, acentua-se o abismo entre o Brasil Legal e o Brasil Real, assunto tratado no próximo tópico, por meio da reflexão sobre a cultura e política sobre as quais se ancoram a questão social, que é justamente, essa “aporía” (CASTEL, 1996) entre as promessas constitucionais e o acesso realmente existente aos serviços e políticas públicas.

Questão social: uma questão de cultura e política

As relações entre cultura e política podem estar condicionando o enfrentamento da questão social, que remete às desigualdades sociais, no Brasil, vistas como eternas e naturais. O que vem a ser isso? Orçamentos grandiosos juntaram-se ao superávit e aos projetos neoliberais que consomem além do previsto no orçamento fiscal. Resultado: a violência e a gradação da pobreza, como reflexos da desigualdade social, acentuam-se, a cada governo, sem, aparentemente, sairmos do ponto zero. E foi a partir desse lugar que o Brasil embarcou rumo a um futuro muito sombrio. O golpe da presidente Dilma Rousseff, a prisão de Lula e seguida pela eleição e mandato desastroso do presidente, eleito “democraticamente”, Jair Bolsonaro são acontecimentos recentes que marcam o risco ao rompimento da democracia no Brasil, acentuando os limites postos pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

O “eterno retorno” do antigo e arcaico, expresso pela questão social, é constantemente agravado pelos problemas anteriormente não equacionados como um problema político, de certo modo, contrasta com a perspectiva de Guy Bajoit, de que *Tudo muda* (BAJOIT, 2006).

As pesquisas realizadas no campo da sociologia, às quais relacionam o “novo” da “nova” questão social, expressam como o novo se soma ao velho, anacrônico e não resolvido problema de classes, raças e gênero. Pelo tema da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018) compreende-se que o capitalismo atrelou-se ao coronelismo patriarcal, sexista, excludente e escravocrata, trazendo para as cidades, a classe de industriais, rentistas e banqueiros, aos poucos dominando espaços públicos e sociedade civil, levando aos trabalhadores a ilusão do consumo, como se pudéssemos ser felizes apenas por meio do consumo e entretenimento.

Confirma-se a tradição de pensamento político positivista, do poder político que funciona como uma “gaiola de ferro”, em Weber, conforme Cohn (2009, 2017), contrastado com as possibilidades de liberdade gerada pelo poder coletivo plural, na perspectiva de Arendt (2008) ou das classes, em Marx.

Nietzsche, Weber, Marx, teóricos clássicos, realistas, carregam cada qual uma noção de política, espreada pelo corpo social ou político. Com o desenvolvimento do pensamento social, o ressurgimento da sociedade civil veio a ser considerado como categoria analítica e estratégica, por meio do qual a política espalhou-se para além do Estado, conforme análises de Dagnino (2004).

A noção de sociedade civil é atrelada à política, categoria, ela própria, real e historicamente reflexo da crise do humanismo, que para muitos não existe.

Hannah Arendt utiliza-se de metáforas do deserto, desencantamento e desertificação cultural, devido à morte de ideias esquecidas pelo tempo, encobertas de uma geração à outra, enquanto outros costumes se solidificam no campo da cultura e política. Valores endurecidos são codificados numa “geometria do tempo” (AMARAL, 2011), na qual

nos situamos, com poucos recursos, “entre o passado e futuro” (ARENDDT, 2001). Arendt nomeia a cultura como cultivo de ideias, campo do saber e da compreensão, o que possibilita pensar, compreender e de certo modo precaver-se, prevenir, evitar que se repita a ordem de acontecimentos que estiveram na origem do sistema totalitário, em que ideologia e terror foram mobilizados como modo de governo (ARENDDT, 1989).

Os conflitos e confrontos, situação recorrente especialmente trabalhada por teóricos da política como Claude Lefort (1987) e por contemporâneos como Lucia Bogus, Maria Carmelita Yazbek e Mariângela Belfiori-Wanderley (CASTEL *et al.*, 2010; BIROLI, 2018), que endossam o que os clássicos do pensamento social já vinham pontuando, desde o século XIX.

Desde as lutas sociais no Brasil Colônia, esse conflito também foi nomeado pelos sujeitos que sofrem os danos, dentre eles os próprios escravizados em luta abolicionista, por cientistas sociais e, notadamente, por compositores e intérpretes da música brasileira. O contexto das canções populares brasileiras pode ser analisado a partir de categorias de trabalho, cidadania e reconhecimento social (MARTINS, 2012), de modo a nomear a questão social como “desfiliação” da sociedade salarial (CASTEL, 1996), que acentua as tendências de negação da cidadania por meio do racismo e da naturalização das desigualdades no acesso ao mundo do trabalho, o que trouxe as lutas sociais para o campo das alternativas possíveis dentro de um traçado histórico de invisibilidade e truculência para com as lutas dos movimentos sociais, os quais pressionaram o Estado capitalista para que se transformasse num espaço público de proteção de direitos de minorias, classes, e estratos da classe trabalhadora.

No interesse de somar aos teóricos e dar um sentido para a resistência cultural de grupos face à política, espaço público em que se nomeia os danos e almeja a conquista de direitos, de igualdade e felicidade pública, buscamos nos aproximar do universo do samba e da alegria, confundido com a identidade nacional. Este panorama acompanha

o contexto empírico do Estado Novo, em que o Estado surge com perfil intervencionista, desde os anos 1930, e desde então, acentuado pelo neoliberalismo, nega-se a esse papel, explicitamente após a Constituição de 1988. Ou seja, mesmo com a função do Estado reconhecida como protetiva, apontando para compromissos com a redemocratização, o Estado não toma para si a resolução das injustiças sociais. É ele, em alguma instância, a causa do acúmulo das riquezas nas mãos de poucos, e por implementar a violência na gestão da pobreza e do tráfico, criminalizando os movimentos sociais, o *funk*, tal como criminalizado foi o samba, na sua origem.

A sociedade civil foi mobilizada, desde os anos 70, especialmente nos momentos em que se processava o Estado ditador-autoritário, no sentido de alargar a ala democrática em defesa de uma esfera pública e pela legitimação de um Estado democrático. Uma “confluência perversa” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000; DAGNINO, 2004) explica o encontro entre a autonomia das lutas sociais, por meio da sociedade civil, e o neoliberalismo, que retira de si a responsabilidade pública, e impõe o recuo do Estado. Privatizações e parcerias público-privado diluíram o sentido da política, ainda que a sociedade civil, na sua ala democrática, tenha tido algum fôlego, com a ampliação da esfera pública e implementação de iniciativas, como a Constituição Federal de 1988, a luta antimanicomial, e a luta pela Ética na Política e Contra a Fome, protagonizada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Nos anos 2000, a temática da questão social tomou o espaço público, das universidades e da sociedade civil. Castel *et al.* (2010), no livro *Desigualdade e a questão social*, situa o tema dentro do núcleo duro das desigualdades: nacionais, étnico-raciais, de gênero, dando conta da temática contemporânea expressa por novos sujeitos a nomearem os danos sociais a que somos sujeitos. O Fórum Social Mundial (iniciado no ano de 2009 em Porto Alegre - RS) buscou refletir sobre as alternativas de poder popular face à globalização, numa resposta à provocação de Francis Fukuyama,

o economista chileno que falava, no ano de 1989, do “fim da História”.

O Partido dos Trabalhadores alcançou o núcleo do poder, em 2003, o que veio a fortalecer a voz dos movimentos sociais, dando esperança para a democratização, instituindo experiências de orçamento participativo, ações afirmativas e as cotas raciais. De acordo com Biroli (2018), conquanto tenha havido ganhos, desde a ascensão do PT, houve também grande articulação das bases conservadoras, as quais são responsáveis pelos retrocessos humanos, sociais e ambientais, devido à união da ala conservadora no Congresso, nomeada de BBB (correspondente às bancadas do boi, bala e bíblia) que faz de tudo para neutralizar as conquistas ambientais, feministas, LGBTQI+ e as ações afirmativas de grupos minoritários (BIROLI, 2018). O Estado, sendo laico, ainda assim cede aos grupos de pressão que acessam a opinião pública por meio de concessões de rádio e TV, fazendo com que pautas religiosas dominem sobre a moralidade democrática (BIROLI, 2018).

Foi-se percebendo, com o desenrolar dos acontecimentos, como as crises fiscal e ética corroem o sistema democrático, e que no país são poucos os avanços nas disputas democráticas, sendo urgente alcançarmos as relações entre cultura e política (DAGNINO, 2004), por meio do incentivo à participação e deliberação pública e popular.

No plano da economia política, as finanças públicas e os investimentos estatais refletem o autoritarismo social de figuras-chave das oligarquias locais, regionais e nacionais, de modo que se fala de autocracia burguesa. Regime que, desde os anos 1990, foi acometido por populismo messiânico de novo tipo, baseado no populismo de direita, e na exploração dos escândalos da vida privada dos líderes, vindo à tona como “sociedade do espetáculo” (DAGNINO, 1984).

Nos anos 1990, foi mobilizada a opinião pública para o *impeachment* de Fernando Collor. No ano de 2016 foram usados os mesmos métodos do espetáculo, por meio da massificação de conteúdos antipetistas pela imprensa escrita e televisiva, que desacreditou a presidente Dilma Rousseff,

forçando a apresentação de denúncias de pedaladas fiscais e crise econômica, como provas da incompetência política e gerencial da presidente, vítima de sexismo societal, e das oligarquias fisiológicas do Congresso Nacional.

Acontecimentos que ocorreram desde a redemocratização e que demonstram a “disputa pela construção democrática” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), por recursos do Estado e pelo orçamento público, mediado por padrões autoritários. Há a impressão de que a sociedade civil talvez pudesse contribuir um pouco mais para uma institucionalidade democrática, ainda que dados tenham mostrado, nos anos 1990 (DAGNINO, 2000), que os valores solidários partiam mais da camada mais pobre da sociedade. Tentativas de implantar programas como Comunidade Solidária, da primeira-dama Ruth Cardoso e de Fernando Henrique Cardoso, tiveram êxitos escassos, em meio ao recuo neoliberal do Estado diante do financiamento de políticas sociais, sendo que os mais solidários mostraram-se ser os mais pobres.

A pesquisa teórica veio traçar alternativas à “desfiliação”, colocadas pelos clássicos da teoria social, leitura, para a qual recorreu-se aos ensinamentos de Gabriel Cohn (USP), Evelina Dagnino e Josué Pereira da Silva (Unicamp), por meio de “afinidades eletivas” (conforme ensina Gabriel Cohn) ensinadas em suas disciplinas; é o caso das disciplinas Teoria Política Contemporânea, de Gabriel Cohn, ofertada na USP, Cultura e Política, de Evelina Dagnino, e de Teoria Sociológica II, de Josué Pereira da Silva, cursadas na Unicamp, nos anos 2000.

As músicas foram colocadas em perspectiva, porque, é uma hipótese, representam o “grito dos excluídos”, compõem uma crítica social e privilegiam o respeito às minorias negras, de gênero, contra a diferença que desumaniza, a pobreza, miséria e a fome (MARTINS, 2019, 2012).

As canções reivindicam uma política pública de iniciativa estatal, como a canção “Ministério da Economia”, de Geraldo Pereira (1951), a partir da qual há a expectativa de que a fome fosse resolvida pela política (MARTINS, 2019).

Já as músicas regionais denunciam a labuta dos sertanejos, o isolamento, a ausência de políticas públicas de desenvolvimento para conter a fome e a desertificação, como demonstram as canções de Luiz Gonzaga e de Elomar. Os compositores tematizaram a vida do retirante, a desilusão, o roubo da água, e algumas vezes, a volta por cima sobre as situações de desfiliação, por meio da música (MARTINS, 2019, 2012).

A música, assim, passa a ser modo de sobrevivência e, também, ação política para pessoas pobres e inexistentes.

Constrói-se como trabalho, mas é muito mais do que trabalho, pois envolve orgulho de não estar nas obras, como um trabalhador manual, sob o sol, pouco valorizado pelo salário mínimo, ou completamente desintegrado da sociedade salarial, desfiliações do salário e da cidadania (CASTEL, 1996). Lembram um pouco o sonho dos proletários, *n'A noite dos proletários*, de Jacques Rancière (1988).

A partir dos anos 1960, a ampliação da esfera pública e o crescimento dos sentimentos de injustiça, inspirados pelos movimentos de 1968 na França e pelas lutas de classes e camponesas no Brasil, fizeram surgir iniciativas pessoais, de grupos e estratos de classe, que se converteram em fortalecimento dos “novos movimentos sociais” e de uma sociedade civil contra o Estado autoritário.

As ações extragovernamentais, de artistas e cidadãos voluntários também vieram a compor a esfera da política que se abriu para a presença da sociedade civil. No plano das relações entre cultura e política, nos anos 1990, ocorre o que os especialistas chamam de “confluência perversa” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), o que muda a natureza do quadro em que movimentos sociais e sociedade civil amadurecem, no cenário público, após garantirem a institucionalidade democrática por meio da Constituição de 1988.

Dagnino explica que, de modo perverso, ao mesmo tempo em que o espaço da política se abre, ele recua dado o arrocho fiscal e os ajustes demandados por órgãos internacionais, como FMI e Banco Mundial, num processo conhecido em todos

os países, principalmente os países periféricos. Daí que os estudos apontem para a relação entre Estado dependente e desigualdades sociais extremadas.

Somos herdeiros dessa tradição, e sabemos que a República, desde que inaugurada, na antiga cidade-estado de Roma, até os nossos dias, mantém uma posição elitista, com tradição implantada de cima para baixo; no Brasil, desde o fim do século XIX, majoritariamente, são os “cidadãos” proprietários que participam da política institucional, sendo a democracia e o conceito de *demos*, uma invenção de uma Atenas já tomada pela oligarquia. No Brasil, é um experimento refém dos grupos dominantes, das oligarquias e monopólios. Lefort (1987) chama o processo de demagogia no seu livro “Pensando o político”.

O marco da mudança foi a década de 1960, quando experiências organizadas sob a categoria de sociedade civil tomam a frente no campo político, interferindo nas pesquisas das Ciências Sociais pelo apelo voltado ao estudo de experiências empíricas da sociedade, em parte pelos avanços dos movimentos sociais por libertação nacional, e por sublevações coletivas contra os Estados autoritários, como ensinara Avritzer (1993).

O conceito de sociedade civil surge, então, para dar clareza para esse movimento da sociedade “contra” o Estado, “de costas” para o Estado autoritário e ditatorial (DAGNINO, 2004).

O conceito incorpora as reflexões de Habermas, mas é desenvolvido por Cohen e Arato, e depois incorporado, como explica o próprio autor, no seu livro *Direito e democracia* (HABERMAS, 2002).

No Brasil, ganhou o “espaço público” por meio de Avritzer, cientista político que teve uma leitura generosa de Habermas (AVRITZER, 1993), e fez uma reconstituição teórica importante para situar a disputa em torno da teoria social e a ideia de “democratização”, do Estado e da sociedade, pela sociedade civil, sendo esse um movimento que impactou a própria teoria social e as bases da pesquisa social.

A partir dos anos 1960, pode-se considerar que a “esquerda latino-americana” (ALVAREZ;

DAGNINO; ESCOBAR, 2000) passou a ser influenciada por uma matriz plural e antiautoritária. Pode-se defender que a teoria crítica passou a ser considerada como um sistema híbrido de influências das quais dificilmente seria possível identificar as origens e reconstruir os percursos, dados os impactos de estudos históricos e da própria teoria social sobre as Ciências Sociais e a própria vida cotidiana. Escolas voltadas para pesquisas de base empírica vieram a utilizar da teoria política contemporânea, retroalimentando perguntas imersas no social. A teoria, então, esteve exposta aos resultados das pesquisas qualitativas, democratizando a base de construção do conhecimento, descentralizando os paradigmas globais de compreensão da realidade, não de modo a negar a importância de análises clássicas, estruturais e sistêmicas, mas para buscar complemento, por meio de outras abordagens locais, de base empírica.

O intento, no estágio pós-doutoral, de onde emerge essa síntese, em forma de pesquisa teórica, foi abordar os parâmetros teórico-metodológicos para uma ação política e ética no mundo, desafio, de comum acordo, com a perspectiva do trabalho profissional de cientistas sociais das áreas das Humanidades e do Serviço Social, colocados diante da questão social, com o desafio empírico e interdisciplinar de enfrentamento do *status quo*, por “uma outra noção de cidadania” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), por meio da democracia e participação popular. No Serviço Social, esse desafio se apresenta sob a forma da “instrumentalidade” da profissão, conforme avalia a professora Yolanda Guerra (1995).

A pluralidade das temáticas abordadas nessa pesquisa dá visibilidade a algo que os movimentos sociais já mobilizam há tempos, dar face a abordagens plurais que historicamente se encontram e são responsáveis por colocar em pauta questões comuns, pelo viés da identidade, ou por meio de coletivos plurais que formam o espaço público, e pela primeira vez, em meados da democratização, viram-se como protagonistas de leis sociais de inclusão, como gente que tem orgulho de si, e respeito pelos seus pares.

Conclusões

Por meio deste trabalho, quisemos nomear questões afeitas aos profissionais das áreas de Humanas e do Serviço Social, tematizando as influências de diferentes matrizes sociológicas sobre o campo social, em que a teoria crítica, a cultura e a política emergem como atores relacionais (MARTINS, 2019, p. 1-15). Importava-nos mostrar como a sociedade política reagiu, com seus conteúdos complexos emoldurando e neutralizando, ora permitindo emergir atores, nomeando a questão social.

Em termos teóricos, o social é compreendido como conformação de espaços públicos e privados, tal como explica a professora e socióloga Vera Telles, no artigo organizado com as notas do pensamento de Hannah Arendt (TELLES, 1990). No social, foi identificada a “crise da cultura” (Arendt, 2001) pela perda de espaços públicos e de nossa história comum. Assim, delineamos o modo como o sincretismo, compreendido como “Hibridismo cultural” (BURKE, 2006), constituiu-se como alternativa metodológica (MARTINS, 2019), com que a esquerda, os artistas, e as Ciências Sociais foram se mesclando, influenciados por diferentes perspectivas filosóficas, atuando entre si por meio de leituras críticas, ou antiautoritárias.

Ao refletir sobre os desdobramentos do tema proposto, junto ao CesNova (Centro de Estudos Sociais, da Universidade Nova de Lisboa - UNL), buscamos, nos estudos pós-doutorais na área da Sociologia, integrar novas aprendizagens ao campo interdisciplinar, a partir de fronteiras difusas entre teoria crítica, cultura, política e sociedade civil.

Essa pesquisa buscou, portanto, construir um diálogo entre teoria crítica e sociedade civil, a fim de encontrar um sentido para as relações entre cultura e a política, por meio de estudos interdisciplinares, situando o espaço público brasileiro de luta de direitos, igualdade e felicidade pública. Assim, aproximamo-nos do universo do samba e da alegria, confundidos com a identidade nacional.

Por fim, o trabalho defende a importância de se continuar as pesquisas sobre memória e

formação do sujeito político, a fim de reconhecer a memória comum de grupos, gêneros, classes e raças, em torno da problemática moral, público, privado, face à permeabilidade e atualidade do racismo e das violências contra minorias, feminicídios, assassinatos de lideranças indígenas e populares (MARTINS, 2019), configurando a perda de espaços públicos e as dificuldades de consolidar direitos humanos e sociais.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AMARAL, Margarida. *Alienação, deserto e naufrágio: três metáforas para uma compreensão da geometria do tempo em Hannah Arendt*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2011.

ARBEX, Daniela. *O Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração editorial, 2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Brasília: Forense Universitária, 1981.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, p. 213-22, 1993.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BAJOIT, Guy. *Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

- BALSA, Casimiro. *Confiança e laço social*. Ijuí: Editora Unijui, 2004.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1992.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo: DIFEL, 1996.
- CASTEL, Robert; BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (org.). *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010.
- CHÂTEL, Vivianne. A responsabilidade-pelo-Outro: uma preliminar à confiança. In: BALSA, Casimiro. *Confiança e Laço Social*. Ijuí: Editora Unijui, 2004.
- COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. São Paulo: Azougue, 2009.
- COHN, Gabriel. *Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social*. Rio de Janeiro: Azougue, 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. E outros ensaios. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1984.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política, a dualidade de poderes: e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neo-liberalismo e participação. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 3, n. 5, 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 11 maio 2023.
- GUERRA, Yolanda. *Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- HONNETH, Axel. *A ideia de socialismo*. Lisboa: Ed. 70, 2017.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, Luci Helena S. Teoria democrática e legitimação: memória dos movimentos sociais afrodescendentes na música popular. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 6., 2019, Montes Claros. *Anais [...]*. Montes Claros: Unimontes, 2019. Disponível em: http://coloquiointernacional.com/anais/vi_cptc/espaco_2/TEORIA_DEMOCRATICA_E_LEGITIMACAO_MEMORIA_DOS_MOVIMENTOS_SOCIAIS_AFRODESCENDENTES_NA_MUSICA_POPULAR.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.
- MARTINS, Luci H. S. *Trabalho, Cidadania e Reconhecimento*. A dificuldade de consolidar direitos sociais. Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Relatório Final de Pós-Doutoramento em Sociologia, 2012.
- MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivo do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: filosofia e política*. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na constituição do social. Notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, São Paulo: USP, v. 2, n. 1, p. 23-48, jan./jun. 1990.

WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*.
São Paulo: Ática, 1989. v. 1.

Agradecimentos

À Semina: Ciências Sociais e Humanas.

À Unimontes, UNL / CesNova e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pelo apoio para realização do pós-doutoramento em Sociologia.

Recebido em: 11 out. 2022

Aceito em: 18 dez. 2022